

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

FROYLAN ANTÔNIO ORANTES RIVAS

O CASO DA REPERCUSSÃO DO PLANO ABC NO TERRITÓRIO DA
CIDADANIA VALE DO JAMARI (RONDÔNIA)

CURITIBA
2017

FROYLAN ANTÔNIO ORANTES RIVAS

O CASO DA REPERCUSSÃO DO PLANO ABC NO TERRITÓRIO DA
CIDADANIA VALE DO JAMARI (RONDÔNIA)

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Especialização em Projetos Sustentáveis, Mudanças Climáticas e Mercado de Carbono, do Programa de Educação Continuada em Ciências Agrárias, da Universidade Federal do Paraná, como pré-requisito para obtenção do título de especialização.

Orientadora: Profa Ma Marcela Valles Lange.

CURITIBA
2017

O CASO DA REPERCUSSÃO DO PLANO ABC NO TERRITÓRIO DA CIDADANIA VALE DO JAMARI (RONDÔNIA)

Froylan Antônio Orantes Rivas¹,

¹Engenheiro Agrônomo e Eng. Sanitarista e Ambiental, Mestre em Agronomia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Atua na Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia (EMATER-RO). Av. JK, nr. 2021, Setor Institucional, Ariquemes (RO), endereço eletrônico: froylanantonio@hotmail.com

Resumo

O presente estudo tem como objetivo investigar a efetividade da Política Nacional sobre Mudanças do Clima por meio da avaliação da implementação do Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas (Plano ABC), no Território da Cidadania Vale do Jamari (TVJ), no estado de Rondônia. Para tanto, fez-se pesquisa documental e bibliográfica para conhecer a política em tela e as contribuições de autores sobre o tema; em seguida pesquisa empírica com coleta de dados por meio de questionário semi estruturado aplicado aos representantes dos órgãos públicos indicados no Plano ABC e representantes da sociedade civil organizada. Conforme os dados coletados, a maioria dos entrevistados desconheciam a implementação deste Plano como política pública de controle da degradação ambiental e fomento às atividades agrícolas de baixa emissão de carbono. Diante disto, verificou-se que a execução do Plano ABC não está ocorrendo como preveem as orientações oficiais. O que se constatou foi a realização de ações isoladas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA/RO, por meio de suas atividades do Programa de Boas Práticas Agrícolas, logo, a ação intersetorial prevista enquanto Política Pública não ocorre enquanto esforço coletivo da nação.

Palavras-Chave: Política Nacional sobre Mudança do Clima. Degradação ambiental. Agricultura de baixa emissão de carbono. Sociedade Civil Organizada. Intersectorialidade.

Abstract

The present study aims to investigate the effectiveness of the National Policy on Climate Change through the evaluation of the implementation of the Sector Plan for Mitigation and Adaptation to Climate Change (Plano ABC), in the Vale do Jamari Citizenship Territory (TVJ), in the State of Rondônia. In order to do so, it was done documentary and bibliographical research to know the politics in screen and the contributions of authors on the subject; Then empirical research with data collection through a semi structured questionnaire applied to representatives of the public bodies indicated in the ABC Plan and representatives of organized civil society. According to the data collected, most of the interviewees were unaware of the implementation of this Plan as a public policy to control environmental degradation and promote low carbon agricultural activities. In view of this, it was verified that the implementation of the ABC Plan is not taking place as foreseen in the official guidelines. What was verified was the implementation of isolated actions of the Brazilian Agricultural Research Company - EMBRAPA / RO, through its activities of the Good Agricultural Practices Program, so the intersectoral action envisaged as Public Policy does not occur as a collective effort of the nation.

Keywords: National Policy on Climate Change. Ambiental degradation. Low carbon agriculture. Organized Civil Society. Intersectorality.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	5
1.1 OBJETIVOS	5
1.1.1 Geral.....	5
1.1.2 Específicos	5
1.2 JUSTIFICATIVA	5
1.3 CONTEXTUALIZAÇÃO	6
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	10
2.1 O SETOR AGROPECUÁRIO E AS EMISSÕES DE GEE	10
2.2. O PLANO ABC ENQUANTO AÇÃO EM PROL DA REDUÇÃO DA EMISSÃO DE GEE.....	15
3 MATERIAL E MÉTODOS	17
3.1. LOCAL DE ESTUDO.....	17
3.2 ABORDAGEM DO ESTUDO.....	21
3.3 METODOLOGIA.....	22
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	24
4.1 O PLANO ABC E AS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS ENVOLVIDAS NA POLÍTICA NACIONAL SOBRE A MUDANÇAS DO CLIMA	24
4.2 A POLÍTICA SOBRE MUDANÇAS DO CLIMA E O PÚBLICO DO TERRITÓRIO VALE DO JAMARI.....	26
5 CONCLUSÃO	31
6 REFERÊNCIAS	33
APÊNDICE 1 – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA (COLEGIADO)	35
APÊNDICE 2 – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA (INSTITUIÇÕES)	37

1 INTRODUÇÃO

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Geral

Investigar a repercussão do Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano ABC) no Território da Cidadania Vale do Jamari enquanto política pública de controle da degradação ambiental e fomento às atividades agrícolas de baixa emissão de carbono.

1.1.2 Específicos

- Conhecer as características socioeconômicas e ambientais peculiares do Território da Cidadania Vale do Jamari (TVJ);
- Coletar informações referentes à implementação do Plano ABC no Território Vale do Jamari;
- Analisar a execução do Plano ABC no Território Vale do Jamari considerando também o envolvimento dos partícipes indicados nas orientações oficiais.

1.2 JUSTIFICATIVA

Com base no conhecimento produzido sobre a temática relacionada à Mudança do Clima e, considerando que Rondônia está entre os estados com maior índice de desmatamento no país em função de seu processo histórico de ocupação e das políticas públicas que subsidiaram a colonização deste espaço, também, percebendo, neste contexto, a especificidade do Território da Cidadania Vale do Jamari – constituído pelos municípios: Ariquemes, Alto Paraíso, Buritis, Cacaupônia, Campo Novo de Rondônia, Cujubim, Machadinho do Oeste, Monte Negro, Rio Crespo (BRASIL, 2012b), observou-se a demanda por políticas de controle das atividades que agredem o meio ambiente e suas respectivas consequências às mudanças climáticas.

No entanto, constata-se que em Rondônia a conjuntura socioambiental, aparentemente, não tem apresentado mudanças significativas, importa então, investigar a implementação do Plano ABC no Território da Cidadania Vale do Jamari enquanto política pública de controle da degradação ambiental e fomento à atividades agrícolas de baixa emissão de carbono.

A perspectiva deste tema enquanto mote para a pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso junto ao **Programa de Educação Continuada em Ciências Agrárias (PECCA)**, vinculado ao Departamento de Ciências Florestas da Universidade Federal do Paraná, surge da experiência deste pesquisador com a área socioeconômica e ambiental que ocorre a partir da atuação junto à Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia - Emater/RO¹ - desde 1992, com foco na temática ecológica e, atualmente, na execução da Chamada Pública da Agroecologia, vinculada à Secretaria do Desenvolvimento Agrário (Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário) e, também, no Colegiado do Território da Cidadania Vale do Jamari (TVJ), representando a Emater regional no referido território, como coordenador do Núcleo Técnico e da Câmara Socioambiental do TVJ.

1.3 CONTEXTUALIZAÇÃO

As mudanças do clima e seus impactos sobre a vida no planeta Terra são temas que compõem as pautas das políticas públicas de países em diferentes condições geográficas, graus de autonomia produtiva ou estabilidade política e social. Durante a 15ª Conferência das Partes da Convenção Quadro (COP-15), ocorrida em Copenhague, no ano de 2009, o governo brasileiro divulgou o seu compromisso voluntário de redução entre 36,1% e 38,9% das emissões de gases de efeito estufa (GEE) projetados até o ano de 2020 (MCTI, 2010).

Oficializando os compromissos de redução de emissões assumidos pelo Brasil, durante a COP-15, foi instituída a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), por meio da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

¹A Emater está citada no Plano ABC como uma das parcerias previstas para a execução de ações em diversos programas apresentado no Plano, sendo sua atuação na maiorias dos eixos em: Capacitação de técnicos; Capacitação de produtores rurais; Elaboração de material didático; Transferência de Tecnologia; Ater para elaboração e implementação de projetos para agricultura familiar e assentados da reforma agrária.

Coaduna com essa iniciativa do Estado brasileiro o Decreto nº 7.390/2010, o qual prevê no artigo 6º que, para alcançar o compromisso nacional voluntário de que trata o art. 12 da Lei nº 12.187/2009, serão implementadas ações que almejam a redução, entre 1.168 milhões de tCO₂eq e 1.259 de tCO₂eq, do total das emissões estimadas até o ano de 2020 (3.236 milhões de tCO₂eq). Nesta projeção o setor agropecuário tem a responsabilidade de contribuir com a redução de 22,5% dessas emissões.

Os objetivos da PNMC visam o desenvolvimento sustentável como condição para enfrentar as alterações climáticas e conciliar o atendimento às necessidades comuns e particulares das populações e comunidades que vivem no território nacional, a fim de reduzir os efeitos adversos da mudança do clima e a vulnerabilidade dos sistemas ambiental, social e econômico.

Nessa lei está previsto que o Poder Executivo estabelecerá Planos Setoriais de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas para a consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono em vários setores da economia, entre os quais o da agricultura (BRASIL, 2009).

Os Planos Setoriais de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas partem da perspectiva de que a responsabilidade pela proteção do sistema climático é coletiva e ampla e tem como um dos seus princípios a participação cidadã. Para tanto, os diversos setores da economia são indicados no artigo 11 da Lei que institui a PNMC quando prescreve os Planos setoriais de mitigação e de adaptação às mudanças climáticas:

(...) na geração e distribuição de energia elétrica, no transporte público urbano e nos sistemas modais de transporte interestadual de cargas e passageiros, na indústria de transformação e na de bens de consumo duráveis, nas indústrias químicas fina e de base, na indústria de papel e celulose, na mineração, na indústria da construção civil, nos serviços de saúde e na agropecuária (BRASIL, 2009).

A partir desta orientação oficial, o Decreto 7.390/2010, no artigo 3º, considera os seguintes planos: Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM); Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado (PPCerrado); Plano

Decenal de Expansão de Energia (PDE); Plano para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano ABC); e Plano de Redução de Emissões da Siderurgia. O artigo 4º deste mesmo Decreto, estabelece prazo e conteúdo mínimo para que os demais planos citados na Lei 12.187/2009 sejam elaborados.

O Plano ABC é entendido como um instrumento de integração das ações dos governos federal, estadual e municipal, do setor produtivo e da sociedade civil, para a redução das emissões dos GEE provenientes das atividades agrícolas e da pecuária (PNMC, 2009) e apresenta-se como iniciativa do Estado brasileiro para o cumprimento do compromisso de reduzir as emissões de GEE, conforme acordado na 15ª Conferência das Partes (COP15) (BRASIL, 2012a).

O objetivo geral do Plano ABC é promover a redução das emissões de GEE na agricultura – conforme preconizado na Política Nacional sobre Mudanças do Clima (PNMC) –, melhorando a eficiência no uso de recursos naturais e aumentando a resiliência de sistemas produtivos e de comunidades rurais, possibilitando a adaptação do setor agropecuário às mudanças climáticas.

Dentre os objetivos específicos deste Plano estão:

- Garantir o aperfeiçoamento contínuo e sustentado das práticas de manejo nos diversos setores da agricultura brasileira que possam vir a reduzir a emissão dos GEE e, adicionalmente, aumentar a fixação atmosférica de CO₂ na vegetação e no solo dos setores da agricultura brasileira;
- Incentivar a adoção de Sistemas de Produção Sustentáveis que assegurem a redução de emissões de GEE e elevem simultaneamente a renda dos produtores, sobretudo com a expansão das seguintes tecnologias: Recuperação de Pastagens Degradadas; Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF) e Sistemas Agroflorestais (SAFs); Sistema Plantio Direto (SPD); Fixação Biológica do Nitrogênio (FBN); e Florestas Plantadas; Tratamento de Dejetos Animais para geração de biogás e de composto orgânico;
- Incentivar os estudos e a aplicação de técnicas de adaptação de plantas, de sistemas produtivos e de comunidades rurais aos novos cenários de aquecimento atmosférico, em especial aqueles de maior vulnerabilidade.

O Art. 6º do Decreto 7.390, nos incisos IV a IX, traz como contribuições do Plano ABC para o alcance da meta de redução das emissões de GEE:

- IV - recuperação de 15 milhões de hectares de pastagens degradadas;
- V - ampliação do sistema de integração lavoura-pecuária-floresta em 4 milhões de hectares;
- VI - expansão da prática de plantio direto na palha em 8 milhões de hectares;
- VII - expansão da fixação biológica de nitrogênio em 5,5 milhões de hectares de áreas de cultivo, em substituição ao uso de fertilizantes nitrogenados;
- VIII - expansão do plantio de florestas em 3 milhões de hectares;
- IX - ampliação do uso de tecnologias para tratamento de 4,4 milhões de m³ de dejetos de animais (BRASIL, 2010).

No entanto, as determinações legais não garantem em si a efetividade da Política instituída nacionalmente, dificultando o alcance dos objetivos estabelecidos pelo Estado brasileiro na perspectiva de contribuir para a proteção do sistema climático global. Com o intento de conhecer a implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima, propõe-se as seguintes perguntas de pesquisa: Como está ocorrendo a execução do Plano ABC enquanto política pública de controle da degradação ambiental e fomento às atividades agrícolas de baixa emissão de carbono? Como tem ocorrido o envolvimento dos partícipes indicados nas orientações oficiais? Quais programas e ações estão ocorrendo com maior frequência até o final desta pesquisa? A hipótese inicial é de que o Plano ABC está sendo executado com limitações, uma vez que não se percebe um impacto relevante na realidade socioambiental. Possivelmente, a histórica dificuldade na promoção de ações de forma intersetorial seja um fator que dificulta tal execução, de forma que os programas e ações que requerem poucos partícipes envolvidos sejam os que ocorram com maior frequência.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O SETOR AGROPECUÁRIO E AS EMISSÕES DE GEE

Um dos objetivos do Plano ABC é promover a redução das emissões de GEE na agricultura. A relevância estratégica do setor agropecuário para a mudança do clima está no fato de que há uma inquestionável necessidade de expansão da produção para atender as demandas atuais e futuras de suprimento alimentar. A relevância se encontra, também, na premissa de que a expansão da produção não deve contribuir negativamente para uma elevação dos níveis atuais de emissões, tampouco deve ser adotada via processos que resultem em perda de áreas de vegetação nativa, comprometendo assim a sustentabilidade ambiental.

Paixão e Bacha (2015) discutem a relação do Plano ABC com a Economia Verde e sinalizam que, devido às características do setor agrícola e em função de o mesmo possuir uma maior sensibilidade às mudanças no clima, este setor se torna mais vulnerável aos efeitos do aquecimento global. Diante a essa realidade, a produção de alimentos e a segurança alimentar devem ser tratados com certa prioridade pela sociedade, tanto do ponto de vista fisiológico e nutricional quanto pela dimensão estratégica política.

Partindo dessa ótica, o Brasil se apresenta numa posição estratégica como uns dos maiores produtores mundiais de alimentos, destacando-se na participação nas discussões a nível internacional sobre a questão das mudanças do clima (PAIXÃO; BACHA, 2015).

Segundo esses autores, a partir de estudos nas páginas eletrônicas da United Nation Environment Programme² (UNEP), :

Para a UNEP (2011), a Economia Verde é definida como aquela de baixa utilização de carbono, associada à redução da pobreza com inclusão social via acesso à renda e emprego, melhorando o bem-estar humano e social, reduzindo ao mesmo tempo, o risco de escassez de recursos ambientais. Isso se dará através de investimentos públicos e

² Órgão da ONU que define a agenda ambiental global, discute a dimensão ambiental do desenvolvimento sustentável dentro do sistema das Nações Unidas e serve como uma autoridade defensora do ambiente global (<http://web.unep.org/about/who-we-are/overview>).

privados que reduzam tanto a pobreza quanto as emissões de GEE (PAIXÃO; BACHA, 2015, p. 78-79)

Partindo desta premissa, pensar numa política para a sustentabilidade vai além do cuidado com o ambiente como um fim em si mesmo. É preciso considerar o bem estar dos atores sociais envolvidos, assim como na perspectiva da melhoria da condição da vida humana.

A agropecuária brasileira está numa posição relevante no cenário internacional, sendo importante fornecedora de alimentos e com destaque na produção mundial agrícola. Sanquetta (2015) informa que, na Amazônia, as emissões de GEE estão associadas principalmente ao desmatamento, que, além dos efeitos negativos pela supressão da vegetação, também provoca um aumento das emissões pela pecuária implementada, através da fermentação entérica do gado bovino. Estima-se que 31% de todas as emissões de GEE ocorridas nas últimas décadas no Brasil são provenientes do desmatamento, das queimadas e da criação de gado na Amazônia³.

O Observatório do Clima, entidade representante da sociedade civil organizada, formada por especialistas no tema, atua no sentido de mobilizar o governo brasileiro para a efetivação de políticas públicas que fortaleçam o desenvolvimento sustentável.

Em 2014, a entidade publicou documento com informações sobre a evolução das emissões de GEE no Brasil no período de 1990 a 2012, onde destaca que, no Brasil, ocorrem políticas e ações vinculadas à Política Nacional sobre Mudanças do Clima visando o desenvolvimento sustentável a partir de uma forma de produção com baixa emissão de GEE, no entanto, o esforço do Estado brasileiro em prol do desenvolvimento baseado em baixas emissões de GEE é insignificante se comparado a outros investimentos, dado que pode ser medido se observado o percentual dedicado ao Plano de Agricultura de Baixo Carbono comparado ao total do investimento proposto no Plano Safra, ou seja, apenas 3% do valor total visando o fortalecimento da agricultura de baixo carbono (OBSERVATÓRIO DO CLIMA, 2014).

³ Dados disponíveis nas páginas eletrônicas do Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação (<http://sirene.mcti.gov.br>) e do Observatório do Clima (<http://seeg.eco.br/>) apresentam informações que confirmam esta tendência.

Esse mesmo estudo sinaliza que a redução garantida pelo setor agrícola será suplantada pela perspectiva de ascendência de emissão de GEE pelo setor energético, devido às opções em prol da produção de energia de origem fóssil, já que essa escolha compromete a redução de emissão de GEE por cerca de 30 a 40 anos. Assim, ainda que se cumpram as metas de redução previstas no PNMC em 2020, a perspectiva é de que o Brasil chegará a estas metas com as emissões em escala ascendente numa trajetória em longo prazo.

Em 2014, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) publicou documento contendo as estimativas anuais de emissões de GEE no Brasil. O documento apresenta um avanço da situação brasileira a partir dos resultados do II Inventário de 1990 a 2005, estendendo o período analisado até 2012.

Quanto aos valores totais de emissão de GEE, o Brasil, apresentou uma diminuição de 185.650 Gg CO_{2eq} comparando os resultados das emissões do ano de 1990 e 2012, sendo que os dados apresentados entre 1995 e 2005 demonstram aumento na emissão de GEE. Apenas os resultados dos anos de 2011 e 2012 apresentam queda nos números que ilustram a emissão brasileira de GEE, conforme números apresentados na Tabela 1:

TABELA 1 – Emissões brasileiras em CO_{2eq} por setor, para os anos de 1990, 1995, 2000, 2005, 2011, 2012.

Setores	1990	1995	2000	2005	2011	2012	Variação	
	Gg CO _{2eq}						1995-2005	2005-2012
Energia	187.739	227.604	298.611	328.377	407.544	446.154	44,3%	35,9%
Processos Industriais	52.537	63.065	71.674	77.943	86.173	85.365	23,6%	9,5%
Agropecuária	303.772	335.775	347.882	415.724	449.853	446.445	23,8%	7,4%
Florestas	815.965	1.940.420	1.343.136	1.179.067	310.486	175.685	-39,2%	-85,1%
Resíduos	29.061	33.677	38.517	41.887	48.139	49.775	24,4%	18,8%
TOTAL	1.389.074	2.600.543	2.099.820	2.042.998	1.302.195	1.203.424	-21,4%	-41,1%

Gg = milhares de toneladas

Fonte: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, 2014.

No tocante ao setor específico da agricultura de baixa emissão de carbono, a Tabela 1 apresenta dados relativos a agropecuária e florestas. Os números sinalizam para resultados muito diferentes entre as duas categorias, sendo que a agropecuária apresentou dados ascendentes quanto à emissão de GEE,

enquanto nos números relativos às florestas, houve grande redução em função da política de controle de desmatamento.

Quanto à variação ocorrida nos períodos 1995-2005; 2005-2012, os números demonstram uma perspectiva positiva quanto à política de mitigação da emissão de GEE, seja quanto à agropecuária, seja quanto às florestas. Os dados sobre a agropecuária, ainda que sinalizem um resultado ascendente na emissão de GEE, mostram ascendência em menor intensidade, sendo que na variação entre os anos de 1995 e 2005 ocorreu 23,8% a mais de emissão; enquanto no período subsequente, 2005-2012, a emissão de GEE, ainda que tenha aumentado, ocorreu em menor grau, ou seja, 7,4% a mais nos resultados de 2012 em relação a 2005.

No que diz respeito aos números relacionados às florestas, os dados apresentam grande queda na quantidade de $G_g CO_{2eq}$, descendendo de 815.965 para 175.685 entre os anos de 1990 e 2012. Ainda que os números relativos aos anos de 1995, 2000 e 2005 tenham demonstrado uma ascendência na emissão de GEE, nos anos de 2011 e 2012 a diminuição foi muito significativa. Esses números estão refletidos nos resultados da variação entre 1995-2005, com redução de 39% nos $G_g CO_{2eq}$; e resultados ainda melhores foram alcançados no período 2005-2012, com um decréscimo de 85,1% nas emissões de GEE entre os dados comparados entre os anos de 2005 e 2012.

Ainda na perspectiva da produção agrícola, numa aproximação à produção de alimentos e sua relação com a política de desenvolvimento baseado em baixas emissões de GEE, o Painel Brasileiro de Mudança do Clima⁴, na publicação que apresenta a Contribuição do Grupo de Trabalho 3 ao 1º Relatório da Avaliação Nacional do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas, informa que os setores da agropecuária e silvicultura são responsáveis por mais de 1/3 do total das emissões de GEE no Brasil, sendo a maior parte destas vinculadas ao rebanho bovino e às culturas de soja, milho, cana-de-açúcar e arroz, configurando mais de 70% da área brasileira cultivada.

⁴ Grupo formado por pesquisadores de diversas áreas que se apresenta como iniciativa do governo federal por meio dos Ministérios do Meio Ambiente e da Ciência, Tecnologia e Inovação no fomento ao estudo e produção de conhecimento sobre o tema do aquecimento global aplicado à realidade brasileira (<http://www.pbmc.coppe.ufrj.br/>)

O setor agropecuário é um setor complexo, de alta diversidade de sistemas de produção, além de ter importante interface com aspectos ambientais, sociais e econômicos; não havendo uma solução única para enfrentar os desafios postos.

Somando-se aos compromissos de mitigação, o Plano ABC tem por objetivo incentivar, motivar e apoiar o setor agropecuário na implantação de ações de adaptação às mudanças climáticas e, segundo o mapeamento de áreas sensíveis, incrementar a resiliência dos agroecossistemas, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias, em especial daquelas com comprovado potencial de redução de GEE e de adaptação aos impactos de mudança do clima.

Neste sentido, no intuito de contribuir com o tema, a publicação do PBMC sinaliza para:

(...) um potencial de mitigação entre 163,3 e 248,5 Mt CO₂eq em 2020. O estudo considera o seguinte cenário:

- Recuperação de 15 milhões de hectares de pastagens;
- Aumento do plantio direto de lavouras em 8 milhões de hectares;
- Expansão dos plantios de florestas comerciais em 3 milhões de hectares;
- Eliminação da queima da cana-de-açúcar para colheita;
- Uso de aditivos na dieta de bovinos;
- Tratamento de dejetos de suínos;
- Redução da fertilização nitrogenada por inoculantes microbianos (PBMC, s/d).

O estudo alerta para as dificuldades percebidas para a adoção dessas práticas no Brasil devido a limites de ordem cultural e tecnológica na produção agrícola nacional.

O trabalho de Paixão e Bacha (2015), citado anteriormente nesta pesquisa, oferece algumas possibilidades para superar os limites sinalizados pelo Painel Brasileiro de Mudanças do Clima. Paixão e Bacha, seguindo as indicações da UNEP, destacam a importância de incentivos à utilização de práticas e técnicas agrícolas com bases sustentáveis que não percam de vista também o aumento da produtividade, que tornem possível fortalecer o que a UNEP chama de “esverdeamento da agropecuária” (UNEP *apud* PAIXÃO; BACHA, 2015, p.80), o que implica em atuar no sentido da regeneração das fontes de recursos naturais (água, solo, ar, fauna e flora), na redução da poluição e no uso racional dos recursos considerando cada realidade agrícola em sua particularidade, fator que

provoca a geração de boas práticas agrícolas e ambientais no sentido da mitigação de emissão de GEE.

Paixão e Bacha (2015) também indicam a condição favorável do setor agropecuário na mudança do paradigma econômico para uma economia menos degradante e o fortalecimento da economia de baixa utilização de carbono, ou Economia Verde. Para tanto, será necessária a utilização de tecnologias de produção de baixa emissão de GEE, bem como o incremento da produtividade e a diminuição do uso impactante de recursos naturais, como a água e o solo. Neste sentido, os autores destacam a importância de estabelecer a lógica da Economia Verde por meio de um plano de mitigação de emissões, como o Plano ABC.

2.2. O PLANO ABC ENQUANTO AÇÃO EM PROL DA REDUÇÃO DA EMISSÃO DE GEE

O Plano ABC é um dos planos setoriais elaborados de acordo com o artigo 3º do Decreto Nº 7390/2010. Este plano tem por finalidade a organização e o planejamento das ações a serem realizadas para a adoção das tecnologias de produção sustentáveis, selecionadas com o objetivo de responder aos compromissos de redução de emissões de gases efeito estufa (GEE) no setor agropecuário assumido pelo país.

Este plano é composto por 7 programas (BRASIL, 2012a):

- 1- Recuperação de Pastagens Degradadas;
- 2- Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF) e SAF's;
- 3- Sistema Plantio Direto (SPD);
- 4- Fixação Biológica de Nitrogênio (FBN);
- 5- Florestas Plantadas;
- 6- Tratamento de Dejetos de Animais;
- 7- Adaptação às Mudanças Climáticas.

A abrangência do Plano ABC é nacional. Seu período de vigência é de 2010 a 2020, sendo previstas revisões e atualizações em períodos regulares não superiores a dois anos, para readequá-lo às demandas da sociedade e de tecnologias.

O objetivo geral do Plano ABC é promover a redução das emissões de gases efeito estufa (GEE) na agricultura, conforme preconizado na Política Nacional sobre Mudanças Climáticas (PNMC) melhorando a eficiência no uso de recursos naturais, aumentando a resiliência de sistemas produtivos e de comunidades rurais e possibilitar a adaptação do setor agropecuário às mudanças climáticas.

Conforme o art.6º do Decreto 7.390 serão implementadas ações para reduzir as emissões. Nesta projeção o setor agropecuário, tem a responsabilidade de contribuir com a redução de 22,5% das emissões. O Plano ABC observa os princípios e diretrizes da Política Nacional sobre Mudanças Climáticas (PNMC, Lei 12.187/2009) e suas ações estão relacionadas principalmente a: Campanhas publicitárias de divulgação; Capacitação de técnicos e produtores rurais; Transferência de tecnologia; Regularização Ambiental; Regularização Fundiária; Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER); Estudos e Planejamento; Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Disponibilidade de Insumos; Produção de Sementes e Mudanças Florestais; Crédito Rural.

A Contribuição Nacional Determinada Pretendida (INDC, na sigla em inglês) apresentada pelo Brasil às Nações Unidas para o acordo sobre mudanças do clima adotado na Conferência de Paris (COP-21) em setembro de 2015. O Brasil se comprometeu a promover a redução das suas emissões de GEE em 37% dos níveis de 2005, em 2025. Além disso, indicou uma contribuição de redução de 43% abaixo dos níveis de emissão de 2005, em 2030.

Para alcançar as metas de redução o governo adotará as políticas em diversas áreas. No setor de uso da terra, a previsão é restaurar e reflorestar 12 milhões de hectares de vegetação em território nacional, além de acabar com o desmatamento ilegal.

3 MATERIAL E MÉTODOS

3.1. LOCAL DE ESTUDO

O Território da Cidadania Vale do Jamari (TVJ) passou a existir a partir de 29 de junho de 2003, nomeado e determinado pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável – CEDRS/RO.

A região onde se localiza o TVJ apresenta contradições históricas que se deram desde seu processo de ocupação caracterizado pelo antagonismo entre ser a região com maior número de casos de conflitos pela posse da terra⁵ ao mesmo tempo em que se configura como o segundo maior território em número de assentamentos de reforma agrária implantados no estado de Rondônia.

Cordeiro (2015) desenvolveu pesquisa sobre a história da ocupação na região a partir da história das famílias que chegaram no período da colonização e percebeu que “família” e “terra” são categorias importantes para a compreensão da realidade da região. As diferenças ocorrem já no início do processo de ocupação com a política de distribuição de terra que ocorreu a partir dos Projetos de Assentamento Dirigido Marechal Rondon e Burareiro (ambos criados na década de 1970, vinculados ao Programa de Integração Nacional e ao Programa de Redistribuição de Terras/PROTERRA), políticas públicas favoreceram a desigualdade a partir dos critérios de seleção das famílias para cada programa, o tamanho das propriedades e a lavoura a ser plantada.

Outro fator que contribui para o processo histórico dos conflitos de terra no TVJ está relacionado ao fato das políticas de colonização não considerarem os processos de ocupação que já ocorriam na região, como atividade garimpeira, extrativista (seringa) e também a presença de populações indígenas já existentes na região na década de 1970 (CORDEIRO, 2015).

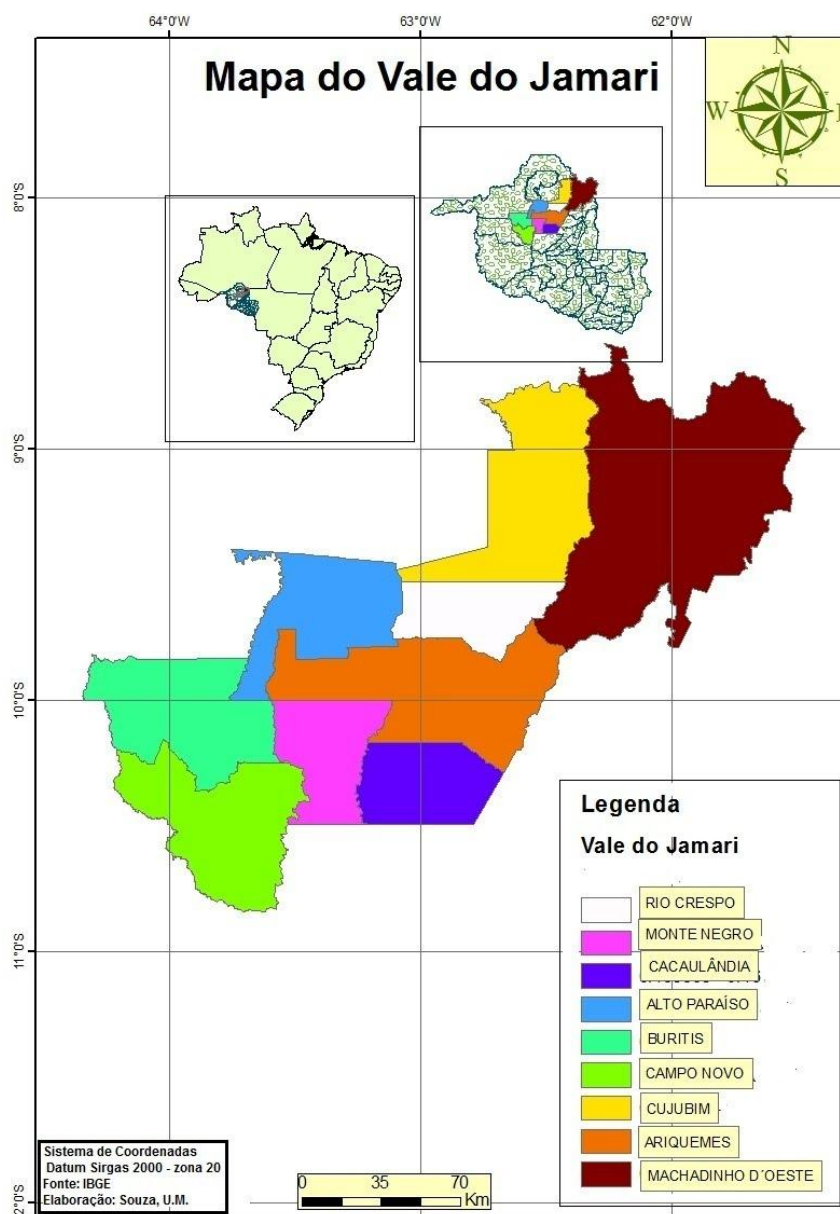
⁵ Segundo informações da Comissão Pastoral da Terra, em 2015, 20 dos 50 assassinatos em conflitos no campo ocorreram em Rondônia, sendo que destes, 14 homicídios aconteceram no Vale do Jamari: “Marcado por grandes áreas griladas, presença de madeireiros, ações de pistoleiros, e a ausência e/ou conivência do Estado, o Vale tornou-se um barril de pólvora prestes a explodir. Em 2016 já foram 4 assassinatos na região”, conforme publicação de 07/03/2016, na revista eletrônica Carta Capital (Fonte: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/2015-o-ano-que-nao-acabou-em-rondonia>)

Os dados apresentados pela pesquisadora coadunam com o diagnóstico apresentado no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) para o Território Vale do Jamari, quando sinaliza que alguns entraves do TVJ foram os problemas ambientais em consequência da quantidade de extração de madeira, do garimpo da cassiterita e invasão de reservas extrativistas para exploração e destruição (BRASIL, 2012b).

O Colegiado do TVJ foi constituído coletivamente envolvendo os atores sociais interessados a partir de discussões sobre o desenvolvimento territorial rural fomentadas pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), em junho de 2003, que resultaram em ações voltadas para o processo de planejamento das demandas sociais e econômicas buscando a formação de um ambiente favorável ao desenvolvimento sustentável para a agricultura familiar.

O TVJ está localizado na região nordeste do estado de Rondônia, fazendo divisa com o Território Madeira Mamoré, ao norte; com o Território Central, ao sul; com o estado de Mato Grosso, ao leste, conforme se apresenta na Figura 1:

Figura 1 – Mapa de localização do Território da Cidadania Vale do Jamari



Fonte: CASTELUCCI, 2017.

Sua população está estimada em 222.668 habitantes (IBGE/2010) distribuída entre a zona rural e urbana, sendo 73.898 da área rural, correspondente a 39,17% da população do território, com um índice de desenvolvimento humano (IDH) médio de 0,72 (BRASIL, 2010).

A área do Território Vale do Jamari é de 32.141,20 km², correspondendo a 13,53% da área total do Estado de Rondônia.

O TVJ está organizado em três microbacias, criadas extraoficialmente pelo colegiado territorial para facilitar as ações no Território, garantindo a permanência

da diversidade e da identidade local. As microbacias foram distribuídas da seguinte forma:

- Microbacia do Rio Jamari: compreende os municípios de Ariquemes, Alto Paraíso e Cacaulândia; sendo Ariquemes como município polo;

- Microbacia do Rio Candeias: compreende os municípios de Buritis, Campo Novo de Rondônia e Monte Negro, sendo Buritis como município polo;

- Microbacia do Rio Machado: compreende os municípios de Cujubim, Machadinho D'Oeste e Rio Crespo, sendo Machadinho D'Oeste como município polo.

O município polo se caracteriza principalmente por apresentar uma estrutura institucional, política e econômica mais concentrada e projetada a nível regional.

Apresenta um espaço social e cultural rico e dinâmico que proporcionou à agricultura familiar a possibilidade de várias alternativas para o desenvolvimento fundamentado na sustentabilidade, como é o caso das reservas extrativistas (RESEX) estaduais e os Sistemas Agroflorestais que são alternativas à exploração sustentável dos recursos naturais.

Em 2014, foi publicado o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável para o Território Vale do Jamari (PTDRS). A partir do uso de metodologias participativas foram elaboradas propostas de projetos para o desenvolvimento do TVJ, fomentadas com base nos sonhos apresentados na visão de futuro e nas experiências compartilhadas dos atores envolvidos. A partir dessa construção, foi sugerida a integração de políticas públicas diversificadas para atender as ações comuns traçadas para o desenvolvimento e o fortalecimento do território.

O PTDRS registra que na dimensão ambiental, o TVJ apresenta possibilidades para implementar seu desenvolvimento de forma sustentável. No entanto, o Plano Territorial, ao mesmo tempo em que registra as potencialidades do TVJ para a implementação de uma política de desenvolvimento sustentável, também sinaliza os desafios para o alcance da efetividade da mesma, defendendo que ocorra um esforço conjunto dos organismos públicos, entidades não governamentais e da população de modo geral para pensar a adoção de políticas públicas, sobretudo que fomentem a educação ambiental.

A proposição é de que o colegiado territorial, com o desígnio de proporcionar um desenvolvimento socioeconômico e ambiental envolvendo os nove municípios do TVJ como um território voltado para a cidadania e sustentabilidade, opta por continuar considerando os municípios enquanto território e buscar cada vez mais fazer uso racional da terra, dos recursos hídricos e naturais renováveis, das ações comuns aos nove municípios.

Considera-se, além disso, a necessidade de tecnologias alternativas para o desenvolvimento do território; a melhoria urgente na segurança pública na área rural e, por fim, pensar a organização da produção enfatizando formas de renda para a população rural, que intercala com o fortalecimento das organizações sociais do TVJ partindo do princípio de que as associações e cooperativas são a base para o funcionamento do território (BRASIL, 2012b).

3.2 ABORDAGEM DO ESTUDO

O presente trabalho tem como opção metodológica de investigação científica o estudo de caso por caracterizar-se como um método que elege um objeto como foco de estudo. Goode e Hatt (1973 *apud* PEREIRA; GODOY; TERÇARIOL, 2009, p.24) afirmam o estudo de caso “Como um meio de organizar dados e reunir informações, tão numerosas e detalhadas quanto possível; a respeito do objeto de estudo de maneira a preservar seu caráter unitário”. Dessa forma eleger a realidade da Política de Mudanças Climáticas no contexto do Território Vale do Jamari, significa perceber o caráter único desse fenômeno, assim como, Leonard – Baxton (1990 *apud* PEREIRA; GODOY; TERÇARIOL, 2009, p.424) destaca que:

(...) o Estudo de Caso é a história de um fenômeno passado ou corrente, desenhado a partir de múltiplas fontes de evidências, nas quais se incluem dados obtidos tanto em observações diretas e entrevistas sistemáticas, como em arquivos públicos ou privados. Cada fato relevante para o conjunto de eventos descritos no fenômeno é um dado potencial para o estudo de caso.

Sendo assim, o trabalho sobre a repercussão das políticas públicas no Território Vale do Jamari evidencia um potencial de informações que valorizam sua história e realidade atual.

3.3 METODOLOGIA

Para a realização deste trabalho fez-se pesquisa documental e bibliográfica e investigação empírica com o intuito de compreender o processo de implementação do Plano ABC no Território da Cidadania Vale do Jamari.

A pesquisa documental ocorreu nas bases legais da Política Nacional sobre Mudança do Clima (BRASIL, 2009; 2010; 2012) e também em orientações oficiais disponíveis no sítio eletrônico do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Ampliando a discussão sobre o tema da relação do setor agropecuário com a política para uma agricultura de baixa emissão de carbono, buscou-se a leitura em textos e artigos de autores que discutem o tema, inclusive em apostilas do curso de Especialização em Projetos Sustentáveis, Mudanças Climáticas e Mercado de Carbono, do Programa de Educação Continuada em Ciências Agrárias, da Universidade Federal do Paraná, bem como a pesquisa em sítios eletrônicos de grupos de trabalho como o Observatório do Clima, organização da sociedade civil, e também, em grupos formados pela iniciativa governamental, como o Painel Brasileiro de Mudanças do Clima.

Para discutir a realidade estudada, fizeram-se estudos no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território da Cidadania Vale do Jamari, bem como em trabalho que discute o processo de colonização da região (CORDEIRO, 2015).

A coleta de informações sobre o processo de implementação do Plano ABC no Território da Cidadania Vale do Jamari ocorreu por meio de visita a páginas eletrônicas de instituições citadas no Plano como partícipes da política em tela (Secretaria de Estado de Agricultura/SEAGRI/RO; Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental/SEDAM/RO); contatos por telefone, correspondência eletrônica e visita *in loco* subsidiados com roteiro de entrevista/questionário de pesquisa aos principais responsáveis pela implementação do Plano ABC, de acordo com as orientações oficiais, ou seja: Superintendência Federal de Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA/RO; SEAGRI/RO; SEDAM/RO; Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa/RO).

Tendo em vista a dificuldade de encontrar informações nas instituições responsáveis pela referida política, que era o nosso propósito inicial, a alternativa escolhida foi aplicar um questionário de pesquisa semi-estruturado (apêndice 1 e 2) aos membros do Colegiado do Território Vale do Jamari (incluindo membros indicados pelos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável), bem como para representantes da agricultura familiar vinculados a movimentos sociais do campo (habitantes dos nove municípios que constituem o TVJ).

O questionário foi aplicado com 14 de um total de 26 membros participantes, no dia da assembleia ordinária do Colegiado do TVJ, na qual tinha a população representativa dos vários segmentos dos municípios que constituem o referido território.

A amostra do estudo foi selecionada com base no conhecimento do objeto da investigação e participação de forma consentida, sendo que foi entregue às instituições e responsáveis uma Carta de Apresentação da Pesquisa e também registrado a anuência em Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, ambos os documentos sob anuência da Profa. Orientadora da Pesquisa em tela.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 O PLANO ABC E AS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS ENVOLVIDAS NA POLÍTICA NACIONAL SOBRE A MUDANÇAS DO CLIMA

Na época em que se deu início à investigação empírica desta pesquisa, meses de agosto e setembro de 2016, não foram encontrados dados concretos sobre a implementação do Plano ABC nas páginas eletrônicas visitadas, seja no âmbito estadual ou do Território Vale do Jamari, apenas menção de reuniões iniciais entre instituições parceiras em prol de um documento que deveria ser aprovado na Assembleia Legislativa de Rondônia, deixando a dúvida sobre a oficialidade de um Plano estadual, não havendo informações suficientes nas páginas eletrônicas consultadas de que a política estivesse de fato instaurada.

Os profissionais responsáveis contatados nas instituições assinaram um Termo de Compromisso Livre e Esclarecido comprometendo-se com a pesquisa e autorizando o uso dos dados. No entanto, poucas informações foram obtidas. Em reunião com as representantes do MAPA/RO e da SEAGRI, foi informado que inicialmente a responsabilidade da Coordenação para implementação do Plano ABC no estado seria pelo MAPA, como consta nas orientações oficiais contidas no Plano ABC, no entanto, o MAPA, em acordo com a SEAGRI, transferiu tal responsabilidade a esta Secretaria Estadual, mas até aquela data não havia encaminhamentos em prol da execução do Plano.

Na ocasião desta reunião com o MAPA e SEAGRI foi entregue aos representantes questionário de pesquisa para informações sobre as ações destas instituições para implementação do Plano ABC. Foi solicitado aos representantes um prazo para entrega das respostas. A SEAGRI enviou o questionário parcialmente respondido por meio de correio eletrônico, por meio do qual não foi possível conhecer quais ações a Secretaria realiza em prol da implementação do Plano ABC no estado de Rondônia. O MAPA/RO não devolveu o questionário de pesquisa, mas em conversa pessoal com a responsável pela Plano ABC na instituição, houve a informação da dificuldade na implementação do referido plano por falta de pessoal no setor da instituição. Também houve a tentativa de acesso a informações sobre a criação do Conselho Estadual de Mudanças Climáticas de

Rondônia, mas nenhuma informação foi encontrada. Segundo a SEAGRI, responsável pela mobilização dos partícipes do Conselho, a maior dificuldade era reunir os representantes das instituições que compõem o referido Conselho.

Em contato por telefone com a Embrapa a informação obtida foi de pouca participação daquela instituição no Conselho Estadual de Mudanças Climáticas por falta de convocação, mas que a instituição tem ações vinculadas ao Programa de Boas Práticas Agropecuárias que, independente da implementação do Plano ABC em Rondônia, contribuem para o fomento de uma agricultura de baixa emissão de carbono.

Diante das dificuldades encontradas junto às instituições citadas, o foco da pesquisa empírica voltou-se para a sociedade civil organizada (membros do colegiado do TVJ e membros da agricultura familiar organizados), tanto pela maior disponibilidade para participar da pesquisa, como pelo fato de configurar-se em grupo social de grande importância para a garantia da efetividade da Política Nacional sobre Mudança do Clima, uma vez que as ações de mitigação e adaptação no setor agropecuário relacionam-se com o processo produtivo dos pequenos agricultores.

A conjuntura acima apresentada pode ser compreendida a partir das afirmações encontradas na publicação do Observatório do Clima (2014), quando confirmam a importância das iniciativas brasileiras em prol de uma política visando o desenvolvimento sustentável, mas, observa que tal política não é priorizada pelo Estado brasileiro. Nos contatos com os responsáveis pelo envolvimento das instituições junto ao Plano ABC, foi possível verificar a preocupação das equipes técnicas com o tema, no entanto, a não continuidade do processo político na Assembleia Legislativa que institucionaliza o Plano ABC numa versão estadual; a dificuldade de criação e funcionamento do Conselho Estadual de Mudanças do Clima; e o não alinhamento das ações dos órgãos aos Programas desta política pública, permitem perceber que o Plano ABC não é uma prioridade das instituições indicadas como responsáveis pela implementação da referida política.

Os dados que estão apresentados na próxima seção resultam da aplicação de questionário de pesquisa aos participantes da Assembleia Territorial do Vale do Jamari ocorrida em Ariquemes, em novembro de 2016 (14 pessoas

responderam) e aos participantes do Seminário Estadual do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), ocorrido na cidade de Alto Paraíso em dezembro de 2016 (12 pessoas responderam). Tanto a Coordenação do Colegiado do TVJ como do MPA assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido autorizando a aplicação dos questionários aos participantes dos eventos.

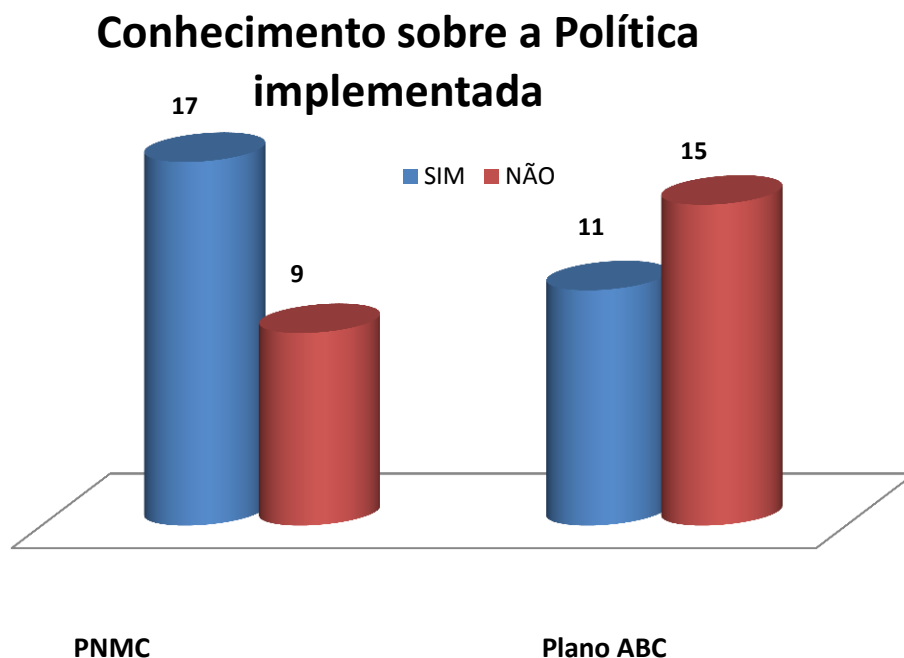
4.2 A POLÍTICA SOBRE MUDANÇAS DO CLIMA E O PÚBLICO DO TERRITÓRIO VALE DO JAMARI

O questionário aplicado aos membros do Colegiado do TVJ e do Movimento dos Pequenos Agricultores não identifica individualmente os sujeitos que aceitaram participar da pesquisa, no entanto, fornece informações para caracterização dos participantes. Quanto ao gênero, onze responderam masculino; nove, feminino; seis pessoas não responderam. Do total, vinte e dois representam a sociedade civil, e quatro o poder público.

No intuito de saber se o público abrangido pelo Plano ABC conhece a Política Nacional que discute o tema Mudanças do Clima, fez-se perguntas que alcançaram os seguintes resultados:

Quanto à existência de uma Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), dezessete participantes disseram que sim, conhecem; e nove, responderam que não. Sobre o conhecimento do Plano ABC, obteve-se o seguinte resultado: onze disseram ter conhecimento do Plano e quinze disseram que não, conforme se apresenta no Gráfico 1.

GRAFICO 1 – Público representativo no TVJ conhecedor da Política Nacional sobre Mudança do Clima e do Plano ABC



Fonte: O autor, 2017.

Os números levantados com o público do TVJ demonstram que a Política Nacional sobre Mudanças do Clima é mais conhecida pela população pesquisada do que o Plano ABC (dezessete respostas positivas sobre a PNMC e apenas onze sobre o Plano ABC), o que pode ser explicado se comparado com os resultados encontrados nas entrevistas com as instituições públicas, pois foi perceptível a dificuldade das instituições na execução do Plano ABC, principalmente nas ações que dependem da intersetorialidade. Esta realidade foi verificada já na dificuldade encontrada para reunir as instituições contempladas como partícipes do Conselho Estadual sobre Mudanças do Clima. Portanto, é possível verificar que existem iniciativas em prol da PNMC, mas estas ocorrem em ações realizadas de forma individualizada e não numa ação sistêmica que potencializaria o esforço de cada instituição em prol da agricultura de baixa emissão de GEE.

Sobre a participação em evento/reunião que abordasse o tema da Política Nacional sobre Mudança do Clima ou do Plano ABC, os questionários

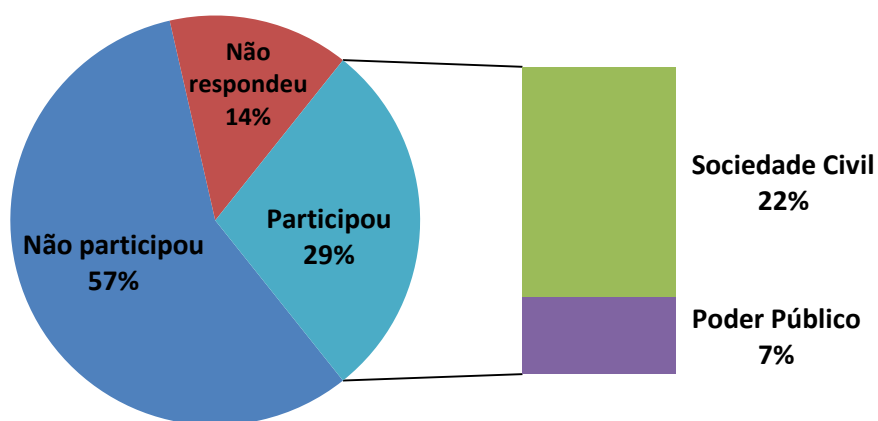
apresentam os seguintes números: dezenove pessoas afirmaram não ter participado; quatro responderam que sim; e três questionários não apresentaram resposta a esta pergunta.

Ainda nesta perspectiva, quando perguntado aos membros do Colegiado do Território Vale do Jamari (quatorze sujeitos do universo de vinte e seis participantes da pesquisa) sobre a discussão de temas relacionados à PNMC, Plano ABC ou Política de Desenvolvimento Sustentável nos órgãos/entidades que indicaram seus nomes para compor o colegiado territorial, oito pessoas disseram não terem participado; quatro responderam que sim, já participaram, sendo três membros representantes de entidades da sociedade civil organizada e um representante de órgão do Poder Público; e, dois participantes não responderam a este item no questionário.

Tais informações subsidiam a construção do Gráfico 2, possibilitando melhor visualização dos resultados encontrados:

GRÁFICO 2 – Abordagem dos temas “Mudanças do Clima”, “Plano ABC”; “Política de Desenvolvimento Sustentável” nos órgãos/entidades que compõem o TVJ

Participação de membros do TVJ em discussões em seus órgãos/entidades de origem



Fonte: O autor, 2017

As informações contidas no Gráfico 2 mostram que a maior parte dos membros do Colegiado do Território Vale do Jamari não participaram de atividades em que houvesse discussões sobre “Mudanças do Clima”, “Plano ABC”; “Política de Desenvolvimento Sustentável” em seus órgãos/entidades de

origem, ou seja, nas instituições que compõem o Colegiado do TVJ. Este é um resultado preocupante quando observamos que o Programa Territórios da Cidadania compõe a Política de Desenvolvimento Sustentável no Brasil, desta forma, todas as instituições que indicam membros para compor o Colegiado Territorial são entidades que se relacionam com a temática da sustentabilidade em seus municípios, seja enquanto Poder Público, seja como Sociedade Civil Organizada.

Sendo a região Amazônica importante contribuidora da preocupante emissão de GEE emitida pelo Brasil, principalmente por meio do desmatamento, queimada e criação de gado (SANQUETTA, 2015); estando o Território Vale do Jamari em região onde se destaca a ampliação da criação extensiva de gado de corte, daí, a preocupação desta atividade, advinda do desmatamento e queimadas ao longo tempo até os dias atuais, por este motivo as proposições quanto ao potencial de mitigação a partir de ações como recuperação de pastagens, como sinaliza o Painel Brasileiro de Mudanças do Clima (s/d), bem como o Plano ABC (BRASIL, 2012a), que tem na Recuperação de Pastagens Degradadas um de seus programas. Torna-se preocupante, então, o fato de tão poucas participações da população, 57% dos entrevistados disseram nunca ter participado (sendo o público desta pesquisa pessoas diretamente ligada ao setor agrícola) em atividades que discutam a temática das mudanças climáticas.

Quando se faz um recorte nos dados levantados juntos aos membros do Colegiado TVJ que responderam positivamente à pergunta, ou seja, disseram ter participado de discussões que abordavam a temática do desenvolvimento sustentável em seus órgãos/entidades de origem, a saber, quatro pessoas (29% do total de respondentes), pode-se constatar que a abordagem dos temas relacionados a “Mudanças do Clima”, “Plano ABC”; “Política de Desenvolvimento Sustentável” tem uma ocorrência maior nas entidades da Sociedade Civil Organizada. Os números de ocorrência do “SIM” para esta resposta esteve distribuída em três questionários de participantes vinculados à Sociedade Civil e apenas um participante representante do Poder Público.

Esta constatação suscita a preocupação em relação à implementação da Política Nacional de Mudanças do Clima tendo como principais gestores órgãos do Poder Público. Ao mesmo tempo em que pode ser verificada a demonstração

de responsabilidade do governo brasileiro com o aquecimento global a partir dos compromissos internacionais assumidos e do estabelecimento de uma política pública com vistas à ação em prol do cumprimento destes compromissos, também são perceptíveis os limites do Estado brasileiro na efetivação desta política, ainda que esteja no espaço da governança pública federal a autoridade para estabelecer regras que garantam o desenvolvimento produtivo do país sem o comprometimento das condições ambientais e sociais para a construção de uma nação soberana e autônoma.

5 CONCLUSÃO

De acordo com a presente pesquisa, a respeito da execução do Plano ABC enquanto política pública de controle da degradação ambiental e fomento às atividades agrícolas de baixa emissão de carbono no Território da Cidadania Vale do Jamari (TVJ), estado de Rondônia, Brasil, observa-se que de fato esta política pública não está em execução no TVJ como política federal incumbida sob a responsabilidade do governo do estado. Constata-se que as ações previstas não estão ocorrendo como estabelecem as orientações oficiais, mas sim ocorrem iniciativas isoladas de instituições (como o caso da EMBRAPA-RO) que por meio de programas e ações próprias contribuem com a mitigação da emissão de GEE no setor agrícola. No entanto, apenas estas ações de iniciativa própria não configuram concretamente a implementação de uma política pública enquanto esforço coletivo e cadenciado em prol de uma agricultura de baixa emissão de GEE, conforme estipula o Plano Nacional compreendendo o período de 2010 a 2020, com revisões bimestrais.

Outra constatação importante na pesquisa foi o desconhecimento da maioria dos entrevistados sobre a existência do Plano ABC, os quais entretanto, demonstraram uma preocupação muito grande, não especificamente sobre o tema Mudanças Climáticas, e sim sobre as ações antrópicas que transcorrem ao longo da história de colonização do Estado até o presente momento, com destaque na região do TVJ, com o desmatamento, queimadas, extração de garimpo e a predominância marcante da pecuária extensiva de corte.

Diante dos fatos apresentados, considera-se a necessidade premente de instaurar a política do Plano ABC na região do TVJ, no intuito de frear as emissões de gases efeito estufa (GEE) e também para atender a agenda da política climática no Brasil.

Portanto, sugere-se que as instituições governamentais do estado definam as suas responsabilidades na execução do plano, organizadas através do Conselho Estadual de Mudanças do Clima, e divulguem para a sociedade as ações realizadas, pois a mesma cobra resultados na busca de uma melhor qualidade de vida.

Futuramente outros autores poderão dar continuidade dessa pesquisa, no sentido de apresentar dados mais atualizados e concretos no andamento das ações para a consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura no TVJ conforme estipulado pelo Plano Nacional até o ano de 2020.

A Emater-RO, através do projeto de agroecologia, prioridade nas ações de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, assim como o contrato da Chamada de Agroecologia, poderão ser instrumentos fundamentais para contribuir na implementação do Plano ABC no TVJ.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao público do Território da Cidadania Vale do Jamari pela gentileza e disposição em responder às perguntas do questionário, às instituições públicas consultadas, e especialmente à Coordenadora do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal de Rondônia, professora Lara Cristina Cioffi, pelo apoio e orientações que foram fundamentais para a realização deste trabalho.

6 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 7.390, de 09 de dezembro de 2010.** Regulamenta os arts. 6º, 11 e 12 da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7390.htm> Acesso em: 30 out. 2016.

BRASIL. **Lei Federal n. 12.187, de dezembro de 2009.** Institui a Política Nacional das Mudanças Climáticas. Brasília: Congresso Nacional, 2009.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Plano setorial de mitigação e de adaptação às mudanças climáticas para a consolidação de uma economia de baixa emissão de carbono na agricultura: plano ABC** (Agricultura de Baixa Emissão de Carbono). Brasília: MAPA/ACS, 2012. 173 p.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. **Estimativas anuais de emissões de gases de efeito estufa no Brasil.** 2014. Disponível em: <http://www.mct.gov.br/upd_blob/0235/235580.pdf>. Acesso em: 19 out. 2016.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. **Tire suas dúvidas sobre mudanças climáticas.** Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/index.php/comunicacao/agencia-informma?view=blog&id=1216>>. Acesso em: 23 out. 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Sistemas de informações territoriais.** 2010. Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br/mapa.php>>. Acesso em: 27 out. 2016.

BRASIL. **Plano nacional sobre mudança do clima.** 2008. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/smcq_climaticas/_arquivos/plano_nacional_mudanca_clima.pdf>. Acesso em: 10 out. 2016.

BRASIL. **Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável – PTDRS:** Território Vale do Jamari. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Desenvolvimento Territorial, 2012b.

CASTELUCCI, Rose. **Magazine Castelucci.** Disponível em: <<https://sites.google.com/site/rosecastelucci2017/home/quem-somos>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

CAVALCANTI, Mônica Maria de Arruda. Avaliação de políticas públicas. **Interfaces de Saberes**, v. 6, n. 1, 2006.

CORDEIRO, M. S. S. **A casa a rodar:** projetos e pioneirismo na Amazônia Ocidental. (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

DA PAIXÃO, Michel Augusto Santana; BACHA, Carlos José Caetano. A agropecuária brasileira e a sua inserção na economia verde: uma análise do plano e do programa ABC. **Pesquisa & Debate**, v. 26, n. 1 (47), 2014.

LIMA, Magda Aparecida de. Agropecuária brasileira e as mudanças climáticas globais: caracterização do problema, oportunidades e desafios. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.19, n. 3, p.451-472, set./dez. 2002.

OBSERVATÓRIO DO CLIMA. **Análise da evolução das emissões de GEE no Brasil (1990-2012): documento síntese**. São Paulo, 2014.

PEREIRA, Laís de Toledo Krücken; GODOY, Dalva Maria Alvesand; TERCARIOL, Denise. Estudo de caso como procedimento de pesquisa científica: reflexão a partir da clínica fonoaudiológica. **Psicol. Reflex. Crit.**, vol.22, n.3, pp.422-429, 2009.

ROVERE, Emilio Lèbre La; BUSTAMANTE, Mercedes. **Contribuição do grupo de trabalho 3 ao 1º relatório da avaliação nacional do painel brasileiro de mudanças climáticas**. 2012. Disponível em: <http://www.pbmc.coppe.ufrj.br/documentos/RAN1_completo_vol1.pdf>. Acesso em: 28 out. 2016.

SANQUETTA, Carlos Roberto. **Projetos florestais sustentáveis, redd – Redução das emissões pelo desmatamento e degradação florestal e psa – pagamento por serviços ambientais**. Pós-Graduação em Projetos Sustentáveis, Mudanças Climáticas e Mercado de Carbono. 2015.

SEGUNDO SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS AGROPECUÁRIOS E AGROINDUSTRIAIS. Anais, Concórdia: Embrapa Suínos e Aves, 2011.B

VALLEJO, Luiz Renato. Unidade de conservação: uma discussão teórica à luz dos conceitos de território e políticas públicas. **Geographia**, v. 4, n. 8, p. 57-78, 2009.

APÊNDICE 1 – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA (COLEGIADO)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Ciências Agrárias
Departamento de Ciências Florestais



Repercussão do Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura no Território da Cidadania Vale do Jamarí-RO

ALUNO: FROYLAN ANTÔNIO ORANTES RIVAS / ORIENTADORA: PROFA. MA. MARCELA VALLES LANGE

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

Este questionário de pesquisa tem por objetivo coletar informações que irão fundamentar a elaboração do Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Projetos Sustentáveis, Mudanças Climáticas e Mercado de Carbono (TCC – Artigo Científico).

Para tanto, solicitamos sua contribuição em responder as questões abaixo, cientes de que os questionários não devem ser identificados com o nome da pessoa que está respondendo, assegurando a não identificação dos participantes da pesquisa nas apresentações e/ou publicações dos resultados.

Desde já me coloco à disposição para maiores esclarecimentos (pelo e-mail: froylanantonio@hotmail.com ou celular: (69) 9-9225-9943 (WhatsApp)).

Cordialmente,

Froylan Antônio Orantes Rivas
Aluno/pesquisador

Você está no Colegiado do Território Vale do Jamarí como: () MEMBRO () SUPLENTE () VISITANTE

Sua indicação para participação no Colegiado do Território é como representante do:

Segmento: () SOCIEDADE CIVIL () PODER PÚBLICO

Gênero: () MASCULINO () FEMININO

Você mora em que município: _____

Você tem conhecimento de que no Brasil, em 2009, foi instituída a Política Nacional sobre Mudanças do Clima? () SIM () NÃO

O que você sabe sobre a Política Nacional sobre Mudanças do Clima? E como obteve este conhecimento?

Você tem conhecimento de que no Brasil, em 2010, foi constituído o Plano para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano ABC)? () SIM () NÃO

O que você sabe sobre o Plano ABC? E como obteve este conhecimento?

Desde que você compõe o Colegiado do Território da Cidadania Vale do Jamarí, participou de alguma reunião, assembleia ou evento que abordasse o tema da Política Nacional sobre Mudanças do Clima e/ou do Plano para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano ABC)? Se a resposta foi Sim, relate como foi. () SIM () NÃO



Repercussão do Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura no Território da Cidadania Vale do Jamarí-RO

ALUNO: FROYLAN ANTÔNIO ORANTES RIVAS / ORIENTADORA: PROFA. MA. MARCELA VALLES LANGE

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

No órgão/entidade que fez a indicação do seu nome para compor o Colegiado do Território Vale do Jamarí, você já participou de alguma discussão sobre as Mudanças do Clima; sobre o Plano ABC; ou sobre a Política de Desenvolvimento Sustentável? Se a resposta foi SIM, relate como foi. () SIM () NÃO

Sobre os sete Programas previstos nas ações do Plano ABC, responda com "S" para SIM, ou "N" para NÃO

Programas	Participei de atividade sobre o tema (palestra, dia de campo)	Conheço experiência no município em que moro
1. Recuperação de Pastagens Degradadas		
2. Integração Lavoura-Pecuária-Floresta e Sistemas Agroflorestais		
3. Sistema Plantio Direto		
4. Fixação Biológica de Nitrogênio		
5. Florestas Plantadas		
6. Tratamento de Dejetos Animais		
7. Adaptação às Mudanças Climáticas		

Quais ações referentes ao Plano ABC você tem conhecimento que ocorram no município em que mora:

AÇÃO PREVISTA NO PLANO ABC	SIM
Campanha publicitária (Kits de Divulgação)	
Capacitação e transferência de tecnologia (Técnicos e Produtores Rurais Capacitados; Material Didático Distribuído; Eventos; Dia de Campo)	
Mapeamento de áreas prioritárias (áreas com Pastagens Degradadas; Zoneamento de Pastagens na Amazônia Legal; áreas com potencial para implantação de Programas do Plano ABC)	
Disponibilização de insumos (calcário e sementes; viveiros com laboratórios para distribuição de mudas florestais; distribuição de inoculantes)	
Agentes financeiros (área financiada pela Linha ABC; área financiada pelo Pronaf)	
Pesquisa (Projetos de Pesquisa e Banco de Dados com Indicadores de Qualidade estabelecidos para Tecnologias alternativas desenvolvidas para uso de herbicidas, máquinas e implementos)	
Incentivos (Planos de desoneração fiscal e outros incentivos elaborados para indústrias que tenham relação com setor de biogás e geração de fertilizantes orgânicos)	
Instituição do Programa de Inteligência Climática na Agricultura (Índice de vulnerabilidade desenvolvido; Conjunto de mapas de vulnerabilidade; Conjunto de áreas prioritárias identificadas; Conjunto de critérios para priorização de áreas; Portal na internet criado com informações; Conjunto de aptidões regionais sistematizadas)	
Seguro Rural (Estudo para adequar o Seguro Rural às especificidades climáticas)	
Pesquisa e Transferência de Tecnologia (Indicadores de qualidade dos diferentes sistemas produtivos estabelecidos; Laboratório de Fenotipagem de Alta Resolução instalado)	
Análise de Risco de Pragas (Sistema modificado e adaptado às mudanças climáticas)	
Agentes financeiros (Reuniões realizadas com agentes financeiros para atender às demandas de financiamento)	

APÊNDICE 2 – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA (INSTITUIÇÕES)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Ciências Agrárias
Departamento de Ciências Florestais

PECCA

Repercussão do Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura no Território da Cidadania Vale do Jamari-RO

ALUNO: FROYLAN ANTÔNIO ORANTES RIVAS / ORIENTADORA: PROFA. MA. MARCELA VALLES LANGE

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

Este questionário de pesquisa tem por objetivo coletar informações que irão fundamentar a elaboração do Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Projetos Sustentáveis, Mudanças Climáticas e Mercado de Carbono (TCC – Artigo Científico).

Para tanto, solicitamos sua contribuição em responder as questões abaixo, cientes de que os questionários não devem ser identificados com o nome da pessoa que está respondendo, assegurando a não identificação dos participantes da pesquisa nas apresentações e/ou publicações dos resultados.

Desde já me coloco à disposição para maiores esclarecimentos (pelo e-mail: froylanantonio@hotmail.com ou celular: (69) 9-9225-9943 (WhatsApp)).

Cordialmente,

Froylan Antônio Orantes Rivas
Aluno/pesquisador

Encaminhamentos para:

Secretaria Estadual da Agricultura do Estado de Rondônia – SEAGRI;
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA-RO;

Tem ações/atividades realizadas por essa instituição/entidade na implementação da Política Nacional sobre Mudanças do Clima?;

Sim() Não()

Caso afirmativo, o que está sendo realizado/implementado dentro desta política?;

Tem alguma proposta de trabalho para atender as orientações oficiais da Política Nacional sobre Mudanças do Clima no Território da Cidadania Vale do Jamari-RO?;

Sim() Não()

Dentro desta proposta, está implementada alguma ação/atividade enfocando o Plano de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano ABC)?;

Sim() Não()

Caso afirmativo, o que está sendo realizado/implementado dentro desse Plano ABC, no Território Vale do Jamari-RO?;

No seu Município, existe um Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável(PMDRS)?;

Sim() Não()

Se existe e caso esse PMDRS está sendo implementado, qual ou quais são as demandas apresentadas dentro das Políticas Públicas com a Temática Ambiental?;

Território da Cidadania Vale do Jamari-TCVJ -RO : Ariquemes,Alto Paraíso, Buritis, Cacaúlândia, Campo Novo de Rondônia, Cujubim, Machadinho D'Oeste, Monte Negro,Rio Crespo(Brasil, 2012a)



Repercussão do Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura no Território da Cidadania Vale do Jamari-RO

ALUNO: FROYLAN ANTÔNIO ORANTES RIVAS / ORIENTADORA: PROFA MA. MARCELA VALLES LANGE

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

Se não há ações implementadas que se refiram à política ou plano, tem conhecimento deste plano/política?;

Se tem conhecimento, por que não há ações implementadas?;

Se há ações implementadas que se refiram à política ou plano:

I – Quais as motivações que levaram à implementação?

II – Quais as dificuldades encontradas na implementação?

III- Como acredita que essas dificuldades poderiam ser superadas?

IV- Há resultados observados em função da implementação? Quais são eles?

V- Entende a política ou plano como instrumento importante para o alcance dos objetivos aos quais se propõem?

VI- Há fragilidades? Se houver, como elas poderiam ser superadas?